

A falácia da simetria: Por que a “polarização” encobre a luta por direitos



Por **MOYSÉS PINTO NETO***

Resposta a Pablo Ortellado, Veronica Taflon e Waldomiro da Silva Filho

1.

Em 29 de setembro de 2025, os Professores Pablo Ortellado, Veronica Taflon e Waldomiro da Silva Filho publicaram um artigo no jornal *Folha de São Paulo* chamado “Campus de Batalha”. O texto constitui uma espécie de tentativa de conciliação entre duas posições antagônicas que são qualificadas como “polarizadoras” por boa parte da imprensa e pelo que nós podemos chamar do hoje muito diminuto “centro liberal”. A tese da polarização não é só popular na mídia brasileira, mas também na mídia norte-americana, que tenta equacionar um suposto radicalismo dos ativistas da esquerda antifascista com um suposto radicalismo dos ativistas da extrema direita. No entanto, essa questão não resiste a uma análise um pouco mais detalhada do problema, mostrando um caráter completamente falacioso, com o intuito de promover um encobrimento das verdadeiras questões materiais que estão em discussão sob um manto formalista do liberalismo político, ainda que, como veremos, o próprio liberalismo político contradiga nos seus princípios essa posição.

Em primeiro lugar, vamos tirar o elefante da sala. É possível, sim, que haja ditaduras e autoritarismos à esquerda. Não há qualquer dúvida que regimes de esquerda, por exemplo, o maior emblema de todos, que é o stalinismo, podem promover medidas de censura, perseguição e outras modalidades de repressão que atingem mortalmente qualquer possibilidade de liberdade de expressão.

Quanto a isso, não há qualquer tipo de problema em reconhecer.

A questão é: será que as manifestações citadas pelos autores e, em geral, promovidas pela esquerda, constituem de fato hoje esse tipo de censura que seria imediatamente simétrico ao tipo de censura que é promovido, por exemplo, pelo governo Trump em relação aos protestos em prol da Palestina? A falácia do texto fica nítida, depois de realizar uma simetrização de eventos em que haveria o bloqueio de falas de certos agentes, justamente quando procura explicar justamente *o porquê* de cada uma das “censuras”, entendendo que a esquerda promoveria a sua em prol dos direitos humanos, enquanto a direita promoveria em prol do pluralismo político.

Assim, ambas – esquerda radical e extrema direita – teriam uma fé no seu ideal, que seria em si mesmo justificável, mas estariam incorrendo em exageros de tal medida que estariam inviabilizando o espaço público como espaço de debate.

2.

Mas será que esse argumento resiste a uma análise um pouco mais detida? Vamos nos perguntar o seguinte: se a esquerda defende os direitos humanos, ela estaria no plano da esquerda radical ou simplesmente no plano do liberalismo político, que atravessa inclusive a polaridade direita e esquerda, perpassando também o centro? Quer dizer, os direitos humanos são uma pauta de esquerda ou uma condição civilizatória que constitui, digamos assim, a premissa de toda e qualquer democracia e estado de direito?

Nesse caso, não temos exatamente uma esquerda radical do tipo revolucionário com a tomada dos meios de produção, a ditadura do proletariado e outras hipóteses que podem levar a situações que provavelmente os autores qualificariam como autoritárias. Nós temos, na verdade, uma esquerda que luta pela efetividade de dispositivos jurídicos que é negada na prática em função de fatores reais de poder que contrariam o direito. Logo, essa esquerda não está sendo radical, ela está sendo simplesmente legalista. O que acontece é uma ilegalidade *de fato* que é mantida à base de uma relação de poder que quer ser contestada por essa esquerda (por exemplo, o racismo, o assédio sexual, a homofobia, a miséria ou o genocídio).

Vamos analisar um exemplo específico: o caso do Charlie Kirk. A sua fala, frequentemente identificada com o supremacismo branco, costumava colocar de uma maneira muito dolorosa para todos os que têm algum tipo de sentimento antirracista que a vida negra *vale zero*, exatamente com as intelectuais do “afropessimismo” costumam destacar. A filósofa brasileira Denise Ferreira da Silva, por exemplo, mostrou de todas as formas, da filosofia à matemática, que o escândalo principal da chamada “Modernidade” é que a vida negra *ainda* vale zero. Assim, temos uma pessoa que passa a sua trajetória política promovendo o discurso de que a vida negra vale zero como se isso fosse normal.

Por exemplo: Kirk afirmava que os negros durante o período da escravidão eram mais felizes que agora. Lembremos que a escravidão era um período de *violência total* e inclusive disponibilidade de vida ou morte da pessoa negra em relação à pessoa branca que era sua proprietária. A vida dessa única pessoa que promove esse discurso, que coloca *todas as vidas negras* no patamar zero, vale mais do que a de todas essas outras pessoas somadas, pois afinal de contas é só ela que vai receber uma homenagem da Casa Branca, e é só ela que vai ter a sua defesa espalhada pelos mais diversos rincões do Brasil.

Note-se que o artigo destaca o caráter perigoso da violência com arma de fogo em um ambiente universitário. Isso inevitavelmente é verdade. Por outro lado, devemos lembrar em relação a isso duas coisas.

3.

Primeiro, a maioria absoluta esmagadora dos atentados que vêm sendo promovidos há muitos anos, décadas e em frequência cada vez maior nos Estados Unidos são feitas por ativistas de extrema direita. Inclusive, suspeita-se que o próprio atirador contra o Charlie Kirk possa ter sido um atirador vinculado a grupos bastante extremistas de Reddit. Então, o primeiro fato a se considerar é que simetrizar a violência política armada entre direita e esquerda é algo absolutamente injusto. Nós estamos falando aí de uma relação entre casos que é completamente desproporcional e, portanto, não é comparável de forma nenhuma em termos estatísticos para dar sustentação de razoabilidade ao argumento.

Em segundo lugar, boa parte do que tem sido feito em relação aos comediantes nos Estados Unidos ou Eduardo Bueno aqui no Brasil, envolve a censura ao fato de que esses sujeitos supostamente comemoraram a morte. Mas é importante salientar que nenhum deles defendeu o homicídio dessa pessoa. A pessoa já está morta. Desde esse lugar, de modo ácido, fazem um juízo de valor acerca do que essa pessoa fez ao longo da sua vida. Quanto a isso, pode-se dizer que pode até haver reflexos *morais*, mas reflexos jurídicos e políticos não são cabíveis. É uma decisão totalmente da esfera privada de cada um julgar uma pessoa depois que morre. Você pode fazer isso até em relação a um vizinho que lhe incomodou durante anos e faleceu em função de doença. Alguns podem achar isso repugnante. Outros podem achar isso normal. Tudo bem, faz parte do jogo democrático. Então a comparação é completamente descabida.

Um outro caso que é citado é o caso do Professor “Boaventura de Sousa Santos”. Mas o Professor de Coimbra não teve a sua palestra cancelada em função de divergências ideológicas com a esquerda. Boaventura de Sousa Santos teve sua palestra cancelada porque está respondendo ao processo em Portugal em função de acusações relacionadas com abuso de poder em relação a alunas que o acusam de assédio. Então, nesse caso, não temos efetivamente uma disputa que se dá no plano da intolerância ideológica com a liberdade de expressão, como sugerem os autores, e sim uma posição forte por parte do movimento feminista ao considerar que existe um mecanismo de apagamento da violência contra a mulher, colocando esses indivíduos num patamar de normalidade quando eles deveriam ser considerados responsáveis pelas suas ações.

Segundo essa leitura, a palestra de Boaventura de Sousa Santos teria esse condão de efetivar, digamos assim, uma espécie de apagamento e reinserção no circuito acadêmico. Com isso, estaria desfazendo o mal-estar que parece ser o mal-estar com o qual temos que lidar até que o processo como um todo tenha sido esclarecido, seja no sentido da sua condenação, seja no sentido da sua absolvição. Até podemos discutir se não há uma punição prévia (um “cancelamento”), mas convenhamos que o tema não tem nada a ver com liberdade de expressão e com as posições ideológicas de Boaventura Santos.

Nessa discussão, cujo caráter polêmico é inegável, temos uma questão política em relação à responsabilidade sobre crimes que envolvem vítimas consideradas *abaixo do nível da vítima*. Aliás, é isso que liga uma coisa com a outra, os casos de Charlie Kirk e Boaventura: o fato de que nesses casos a esquerda inclusive defende uma posição que poderia ser chamada mais próxima do chamado “punitivismo”, porque são casos que envolvem vítimas que estão *aquém* da condição de vítimas. Ou seja, a desumanização não opera sobre o ofensor, mas sobre a vítima. É como se a vítima não tivesse direito a ser considerada vítima do crime, porque ela está abaixo do nível do ser humano.

4.

Então, se pergunta, será que é cabível numa democracia e num pluralismo político a consideração de certas categorias de pessoas – negros, mulheres –, como abaixo do nível do humano, ou isso é uma condição de possibilidade do próprio diálogo democrático? Parece claro que nós estamos diante da segunda alternativa. Ao menos é assim que se costuma pensar majoritariamente no campo jurídico. Não existe uma hierarquia da esfera pública dialógica sobre direitos que envolvem o próprio *existir* a dignidade humana. Existe sim aí um jogo de ponderação em que eventualmente um lado pode ser mais limitado em relação ao outro, mas jamais uma hierarquia que coloca na frente a dimensão puramente linguística em relação a essa dimensão material que diz respeito à própria existência e dignidade das pessoas.

E isso nos leva ao último ponto, que é a ideia de que a extrema direita defende o pluralismo político. Isso é tão falacioso que chega a impressionar que tenha sido escrito pelos autores. A defesa do pluralismo político por parte da direita é duplamente falaciosa. Primeiro porque o pluralismo político pressupõe um certo quadro ordenador a partir do qual ele se orienta. Ou seja, nós toleramos um pluralismo político até o limite em que alguém defende uma posição que é rigorosamente fora do esquadro constitucional. Poderíamos até eventualmente considerar que a própria Constituição se abre à promoção de direitos humanos para além do que é o texto constitucional. Mas nesse caso estamos numa direção de ampliação constitucional, e não de uma negação da Constituição como um todo.

E não analisando só em termos jurídicos, de base constitucional. Pensando também em termos políticos, pode-se dizer que a extrema direita nega o próprio pluralismo, quer dizer, a sua posição pluralista é de um pluralismo *que possa incluir a sua própria negação*. Afinal de contas, a experiência que nós temos da extrema direita é uma experiência veementemente autoritária, haja vista o que acontece, por exemplo, na Hungria, citada pelos autores, ou também nos Estados Unidos de Donald Trump.

Ou seja, a ideia de que a pauta da extrema direita é o pluralismo político é falaciosa porque faz parecer que a extrema direita quer ampliar o leque para todos os lados. Mas a extrema direita autoriza, por exemplo, que alguém defenda o Hamas ou o bolchevismo? Parece claro que não. Então se trata de ampliar o leque *só para si mesma*. Em outros termos, não é o pluralismo político que está sendo defendido, mas o direito de fazer o que quiser a despeito da lei.

Nesse caso, se se pergunta, uma medida que impede a execução desse suposto direito absoluto da extrema direita é uma medida de caráter censório equivalente a uma medida que proíbe, por exemplo, uma pessoa latina de manifestar o seu protesto contra a política de imigração de um país que quer expulsá-la?

5.

Sem uma análise minimamente material dos problemas que estão sendo colocados, a perspectiva fica completamente superficial e tendenciosa. Ela acaba, na verdade, servindo de instrumento para possibilitar que expressões fascistas da política encontrem guarida sob o pressuposto de que é preciso equilibrar os polos.

É preciso dizer ainda uma última vez: não há polarização simétrica no Brasil. Nós temos um governo de centro-esquerda, inclusive mediante uma aliança chamada de “Frente Ampla”, e as esquerdas mencionadas pelo texto estão estritamente dentro do liberalismo político. Elas não correspondem a nenhuma ideia de revolução pela força tomada de poder ou algo do gênero que poderia suscitar escrúpulos liberais.

a terra é redonda

Ou seja, nós estamos numa disputa entre um grupo organizado que quer violar sistematicamente a lei em nome dos seus próprios privilégios e valores, indo desde valores econômicos até a supremacia racial, de um lado, e do outro lado de um grupo que luta pela maior efetividade dos direitos humanos nas situações em que eles ainda não foram colocados em prática, situações em que a realidade social se impõe como uma relação de poder e impede que esse direito seja efetivado. É possível considerar nesse sentido, que nós estamos dentro de uma simplesmente de uma guerra de campos? Ou será que não é uma guerra, mas um ataque sistêmico de um dos lados que precisa ser contido numa aliança entre posições que a gente pode considerar de esquerda até um centrismo moderado em nome do próprio liberalismo?

**Moysés Pinto Neto é doutor em filosofia pela PUC-RS e professor visitante do programa de pós-graduação em literatura da UFSC.*

A Terra é Redonda existe graças aos nossos leitores e apoiadores.

Ajude-nos a manter esta ideia.

CONTRIBUA